



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.

**TERMO DE REFERÊNCIA nº TLB-REF-2026/00042**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Copeiragem e Garçonaria, com fornecimento de materiais, equipamentos e utensílios de copa, para atender as necessidades da Telebras

**NOTA TÉCNICA / DOD DE ORIGEM: TLB-ETP-2025/00120**

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA TELEBRAS - RELIC, ART. 24, INCISO I)**

1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Copeiragem e Garçonaria, com fornecimento de materiais, equipamentos e utensílios de copa, para atender as necessidades da sede da Telebras.

Item	Local de prestação dos serviços	CBO	Cargo	Carga horária	Quantidade de prestadores de serviço
01	Sede da Telebras	CBO: 5134-25	Copeira /Copeiro	40 (quarenta) horas semanais	06 (seis)
02	Sede da Telebras	CBO: 5134-05	Garçonete /Garçom	40 (quarenta) horas semanais	06 (seis)
03	Materiais de consumo e higienização das copas especificados nos quadros "A" e "B", do Anexo 1 deste Termo de Referência.				

1.2 As propostas deverão ser elaboradas contemplando o quantitativo de mão de obra suficiente para a prestação do serviço, além de conter a precificação de todos os materiais, equipamentos e utensílios de copa necessários à perfeita execução do objeto;

1.3 O serviço será executado inicialmente com **8 (oito) postos** de trabalho, a saber: 04 (quatro) copeiros/copeiras e 04 (quatro) garçons/garçonetes.

1.4 O quatro postos de trabalho restantes, previstos no presente Termo de Referência, serão providos conforme **necessidade e conveniência** da Telebras.

1.5 A presente contratação não obriga a Telebras a solicitar o quantitativo total de postos (doze) previstos, apenas os oito postos da execução inicial.

1.6 O provimento dos postos de trabalho supracitados será realizado mediante Ordem de Serviço, emitida pela Telebras e enviada para a Contratada.



TLBREF202600042A

1.7 Os itens deste Termo de Referência deverão ser agrupados em um único lote para contratação conjunta do objeto devido à natureza integrada e indivisível das atividades de copeiragem e garçonaria, que demandam gestão unificada de equipe, padronização de procedimentos operacionais, fornecimento centralizado de insumos e economia de escala. A divisão em lotes distintos acarretaria sobreposição de responsabilidades, aumento de custos administrativos, perda de padronização da prestação dos serviços e risco elevado de descontinuidade operacional. Dessa forma, o agrupamento em lote único é técnica e operacionalmente necessário, garantindo eficiência, economicidade e adequado gerenciamento contratual;

1.8 O valor total a ser repassado à empresa pela disponibilização dos equipamentos e utensílios de copa será dividido pelo número de postos de Copeira/Copeiro vinculados ao contrato, resultando no valor mensal referente à disponibilidade dos itens descritos no quadro "c", do Anexo 1 deste Termo de Referência. Assim, tem-se que tais valores irão compor a planilha de custos e formação de preços de apenas 06 (seis) postos;

1.9 Os quantitativos mensais de material de consumo e higienização das copas não irão compor a planilha de custos e formação de preços dos postos de trabalho. Contudo, os interessados deverão incluir no valor total da proposta os quantitativos estimados informados nos quadros "A" e "B", do Anexo 1 deste Termo de Referência, item 03 da tabela disposta em 1.1. A Telebras efetuará o pagamento de acordo com a quantidade de material efetivamente alocada na execução do serviço.

1.10 O regime de execução dos serviços será por meio de empreitada por preço global;

1.11 O contrato terá vigência de 60 (sessenta) meses, conforme previsto no art. 71 da lei nº 13.303 de 2016 e no art. 119 do Regulamento de Licitações e Contratos da Telebras.

## **2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO (RELIC, ART. 24, INCISO II)**

### **2.1 Motivação:**

2.1.1 Os serviços de Copeiragem e Garçonaria são considerados essenciais para o bom funcionamento da empresa, uma vez que proporcionam a higienização das duas copas existentes na sede da Telebras, preparo diário de café, manutenção na empresa de pontos de distribuição de café e água para chá em garrafas térmicas e atendimento de reuniões.

2.1.2 No segundo semestre de 2023, a Telebras, por meio do pregão eletrônico 27/2023, realizou a licitação de serviços de Copeiragem e Garçonaria a serem prestados na sede da Telebras, em Brasília-DF. Este pregão resultou na assinatura do contrato TLB-CTR-2024/00049 em 03 de julho de 2024, com vigência de 60 meses e quatro (04) postos de trabalho (dois postos de Copeiro/Copeira e dois postos de Garçom/Garçonete), alocados na única copa existente na sede atual da empresa.

2.1.3 No entanto, em 2025, iniciou-se o processo de contratação da nova sede da Telebras, imóvel cuja área total será maior que a atual e contará com duas copas, uma em cada andar que a nova sede ocupará, e cada copa será inicialmente guarnecida com quatro (04) colaboradores (dois Copeiros/Copeiras e dois Garçons/Garçonetes), totalizando 8 postos de trabalho; podendo chegar ao total de 12 postos de trabalho (6 prestadores em cada copa).

2.1.4 Assim, constatou-se que o contrato atual não atende as necessidades da nova sede e tampouco pode ser aditivado no quantitativo necessário. Logo, faz-se necessária a elaboração de nova contratação com a readaptação da quantidade de postos de trabalho para nova sede, haja vista que a mudança está prevista para o primeiro trimestre do ano de 2026.

2.1.5 A pretensa contratação justifica-se para garantir a continuidade da prestação desse serviço que é classificado como essencial para o bom funcionamento da empresa.

### **2.2 Alinhamento com os instrumentos de planejamento da Telebras**

2.2.1 A contratação em questão se encontra no Plano Anual de Contratações (PLAC) para o ano de 2026, código verificador 2200-GLOG\_05, o qual está devidamente alinhado ao planejamento estratégico da Telebras disponível em <https://intranet.telebras.com.br/index.php/documentos/2765-plano-anual-de-contratacoes-plac>.



2.2.2 Destaca-se que conforme o Regimento Interno da Telebras, artigo 25, inciso VII, compete à Gerência de Logística administrar os serviços de suporte na sede da Telebras, incluindo-se o serviço de Copeiragem e Garçonaria.

2.2.3 Desta forma, observa-se que a contratação em questão visa auxiliar a Gerência de Logística na consecução de suas atribuições regimentais.

2.2.4 As despesas decorrentes da presente contratação ocorrerão pelo centro de custos da Gerência de Logística.

### **2.3 Benefícios esperados com a contratação/resultados pretendidos:**

2.3.1 Garantir ambiente higienizado para os colaboradores que fazem refeições nas copas da sede da Telebras;

2.3.2 Manter na empresa pontos de distribuição de café e chá para atender empregados, visitantes e colaboradores da Telebras;

2.3.3 Contribuir para o bom andamento das reuniões realizadas na sede da Telebras.

### **3. DA CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO**

3.1 O objeto desse Termo de Referência enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que tratam a Lei nº 13.303/2016 e o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Telebras – RELIC, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.

3.2 Os serviços a serem contratados são de natureza continuada e se enquadram nos pressupostos do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo seu respectivo plano de cargos.

3.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da empresa Contratada e a Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (RELIC, ART. 24, INCISO III)**

4.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Copeiragem e Garçonaria, com fornecimento de materiais, equipamentos e utensílios de copa;

4.2 Os serviços serão prestados na nova sede da Telebras, SIG Quadra 04, Lotes 075, 083, 125 e 175 – Bloco C - 2º andar e cobertura, Edifício Capital Financial Center - CEP: 70610-440, Brasília – DF;

4.3 Em situações excepcionais, com o devido aviso prévio à Contratada, os serviços poderão ser executados em outros locais indicados pela Contratante;

4.4 Os serviços deverão ser prestados das 7h às 19h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, podendo ser ajustado de acordo com os interesses e as conveniências da Telebras.

4.5 Caso haja necessidade de execução de algum serviço aos sábados, as horas trabalhadas poderão ser compensadas em regime de folga durante a semana de segunda a sexta-feira, não sendo devido, neste caso, à Contratada, o pagamento dos serviços extraordinários;

4.6 Os serviços consistem no preparo diário de café, manutenção na empresa de pontos de distribuição de café e água para chá em garrafas térmicas, higienização das duas copas existentes na nova sede da Telebras, atendimento em gerências e reuniões, entre outras atividades compatíveis com as respectivas categorias profissionais;



4.7 A Contratada deverá fornecer mão de obra e todos os materiais, equipamentos e utensílios de copa necessários à perfeita execução dos serviços, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo 1;

4.8 Os materiais deverão ser fornecidos mensalmente, nas quantidades estimadas indicadas no Anexo 1, podendo sofrer variação para mais ou para menos, em função da necessidade real da Telebras, não eximindo, entretanto, a empresa Contratada, da responsabilidade pelo fornecimento total dos materiais e/ou do emprego de outros não previstos, necessários à perfeita execução do objeto;

4.8.1 Na eventualidade de utilização de material não previsto no contrato a empresa Contratada deverá apresentar justificativa para o emprego na execução do serviço;

4.8.2 O material deve ser adquirido com valor compatível ao preço praticado no mercado e apresentada a nota fiscal para a fiscalização contratual, sendo devido pela Contratante o pagamento em igual valor ao que o material foi adquirido;

4.9 Os equipamentos e utensílios de copa listados no Anexo 1 deverão ser fornecidos para a implantação dos serviços e a sua reposição deverá ser realizada de acordo com o respectivo desgaste ou defeito, sem qualquer custo adicional para a Telebras;

4.9.1 Os equipamentos e utensílios de copa listados no Anexo 1 irão compor a formação de preços de somente 06 (seis) postos, a saber, os de Copeira/Copeiro vinculados ao contrato;

4.10 Considerando que as quantidades de material de consumo mensal e higienização das copas a serem utilizados são estimadas, a Telebras pagará à Contratada apenas pelo quantitativo de produtos efetivamente utilizados por mês, sendo dever da Contratada a emissão de nota fiscal do serviço em conformidade com o real consumo.

#### **4.11 Rotinas e atribuições a serem observadas na execução do objeto**

##### **4.11.1 Do serviço de Copeiragem:**

4.11.1.1 Preparar café em horários preestabelecidos, bem como chás, sucos e demais bebidas solicitadas pela Telebras, pelo menos 04 (quatro) vezes ao dia, 02 (duas) vezes pela manhã e 02 (duas) vezes no período da tarde e sempre que solicitado;

4.11.1.2 Auxiliar na montagem e desmontagem de mesas para refeições coletivas em geral (tais como lanches, *coffee breaks*, coquetéis etc);

4.11.1.3 Lavar e esterilizar de forma adequada os utensílios de copa e cozinha, tais como talheres, copos, pratos, xícaras, bandejas e bules, antes e depois do uso, com emprego de produtos sustentáveis (biodegradáveis) e de esponja e/ou pano de limpeza macios, para que não produzam qualquer tipo de arranhão ou dano nas peças;

4.11.1.4 Limpar piso, bancada, pia, armários, mesas, cafeteiras, parte externa dos bebedouros e purificadores de água, carrinhos para o transporte de bebidas, micro-ondas, geladeiras e demais eletrodomésticos e mobiliários constantes nas copas, trocar o papel toalha dos dispensers alocados nas copas e, eventualmente, atender solicitação da Telebras de realizar a limpeza de outras geladeiras ou equipamentos que não estejam nos recintos das copas;

4.11.1.5 Zelar pela limpeza, higiene e segurança do ambiente das copas como um todo, evitando o acúmulo de lixo e de utensílios a serem lavados de um dia para o outro;

4.11.1.6 Proceder à contagem dos utensílios colocados à disposição (copos, xícaras, garrafas, etc) registrar e comunicar ao fiscal do contrato e preposto da contratada eventual quebra de qualquer utensílio, para facilitar sua reposição, quando necessário;



4.11.1.7 Manter os utensílios de copa devidamente organizados, guardados, limpos e higienizados, com a esterilização das xícaras, copos, talheres, pratos, panelas, potes e demais utensílios de copa e cozinha, toda vez que forem utilizados;

4.11.1.8 Manter estoque mínimo de material e utensílios para uso diário;

4.11.1.9 Responsabilizar-se pelo correto acondicionamento dos materiais utilizados na copa;

4.11.1.10 Evitar danos e perdas de materiais;

4.11.1.11 Exercer rígido controle do material necessário às suas atividades, solicitando, sempre com antecedência, a reposição desses materiais ao Preposto da Contratada, que deve tomar as providências em conjunto com o Fiscal do Contrato;

4.11.1.12 Manter os pontos de distribuição de café sempre limpos, abastecidos com café e água para chá, em garrafas térmicas, além de sachês de chá, açúcar e adoçante;

4.11.1.13 Abster-se de executar atividades alheias ao objeto do contrato;

4.11.1.14 Cumprir todas as normas e determinações legais emanadas do fiscal do contrato, por meio do preposto designado pela empresa contratada;

4.11.1.15 Ser assíduo e pontual, apresentando-se sempre uniformizado, cabelos presos com rede ou touca e limpos;

4.11.1.16 Tratar todos os empregados, terceirizados, estagiários, colegas de trabalho e demais pessoas com gentileza, presteza e atenção;

4.11.1.17 Manter perfeita integração com o garçom/garçonete, para o bom andamento dos trabalhos;

4.11.1.18 Zelar pelo uso adequado da linguagem, evitando gírias, palavrões ou expressões não apropriadas ao tipo de relacionamento formal que o trabalho impõe;

4.11.1.19 Executar demais atividades atinentes ao cargo e necessárias ao bom desempenho do trabalho.

#### **4.11.2 Do serviço de Garçonaria:**

4.11.2.1 Servir, em horários preestabelecidos, café, água mineral, chás, sucos e outras bebidas aos empregados;

4.11.2.2 Servir, sob demanda, café, água mineral, chás, sucos e outras bebidas aos empregados, seja em reuniões ou quaisquer outras situações;

4.11.2.3 Auxiliar no serviço de eventos com refeições coletivas em geral (tais como lanches, *coffee breaks*, coquetéis etc);

4.11.2.4 Servir as bebidas em recipiente apropriado, como copos de vidro e xícaras de porcelana;

4.11.2.5 Recolher a louça utilizada para servir bebidas após cada atendimento;

4.11.2.6 Repor, quantas vezes necessário, água mineral aos usuários, fazendo sempre uso de porta-copos em inox como suporte e cobertura dos copos;

4.11.2.7 Realizar o abastecimento dos bebedouros, promovendo de forma sistemática sua conservação, limpeza e asseio com produtos específicos, realizar a higienização dos galões de água e a troca dos elementos filtrantes nos purificadores de água;



4.11.2.8 Manter os pontos de distribuição de copos e xícaras sempre organizados, retirando as louças usadas, levando-as para a copa e reabastecendo os pontos (carrinhos/mesas) com louça limpa;

4.11.2.9 Comunicar ao fiscal do contrato e preposto da contratada a necessidade de qualquer material para a execução dos serviços, bem como a necessidade de consertos indispensáveis à boa conservação dos bens e instalações;

4.11.2.10 Zelar pela limpeza, higiene e segurança do ambiente das copas como um todo, auxiliando nas limpezas simples;

4.11.2.11 Abster-se de executar atividades alheias ao objeto do contrato;

4.11.2.12 Cumprir todas as normas e determinações legais emanadas do fiscal do contrato, por meio do preposto designado pela empresa contratada;

4.11.2.13 Tratar todos os empregados, terceirizados, estagiários, visitantes, colegas de trabalho e demais pessoas com gentileza, presteza e atenção;

4.11.2.14 Manter perfeita integração com o copeiro/copeira, para o bom andamento dos trabalhos;

4.11.2.15 Realizar a reposição nos pontos de distribuição de garrafas de café, água para chá e demais itens que compõem os carrinhos, quando necessário;

4.11.2.16 Zelar pelo uso adequado da linguagem, evitando gírias, palavrões ou expressões não apropriadas ao tipo de relacionamento formal que o trabalho impõe;

4.11.2.17 Executar demais atividades atinentes ao cargo e necessárias ao bom desempenho do trabalho.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (RELIC, ART. 24, INCISO IV)**

### **5.1 Da categoria profissional, jornada de trabalho e demais obrigações**

5.1.1 Serviço de Copeiragem: Código Brasileiro de Ocupações - CBO: 5134-25. Descrição sumária da atividade: Preparar bebidas, café, chá e suco; montar e desmontar carrinhos, mesas, balcões onde são servidos bebidas e alimentos; organizar, conferir, controlar materiais de trabalho, realizar a limpeza e higiene nos ambientes das copas; lavar copos, xícaras e demais utensílios de copa, entre outras atividades atinentes ao cargo.

5.1.2 Serviço de Garçonaria: Código Brasileiro de Ocupações - CBO: 5134-05. Descrição sumária da atividade: Servir alimentos, bebidas como, café, chá e suco; montar e desmontar carrinhos, mesas, balcões onde são servidos bebidas e alimentos; recolher louças utilizadas pelos clientes, organizar, conferir e controlar materiais de trabalho, auxiliar na organização nos ambientes das copas e em salas de reuniões, entre outras atividades atinentes ao cargo;

5.1.3 Os serviços de Copeiragem e Garçonaria serão prestados de forma integrada, de modo a possibilitar a boa execução dos serviços;

5.1.4 Os funcionários desenvolverão atividades inerentes ao objeto contratado, observada a respectiva categoria profissional;

5.1.5 A jornada de trabalho é de 40 (quarenta) horas semanais, atendidos os requisitos das normas trabalhistas vigentes;

5.1.6 Os serviços deverão ser prestados das 7h às 19h, de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados, podendo ser ajustado de acordo com os interesses e as conveniências da Telebras.





5.1.7 Caso haja necessidade de execução de algum serviço aos sábados, as horas trabalhadas poderão ser compensadas em regime de folga durante a semana de segunda a sexta-feira, não sendo devido, neste caso, à Contratada, o pagamento dos serviços extraordinários;

5.1.8 A Contratada deverá fornecer pessoal com as qualificações mínimas exigidas pela Contratante e com perfil adequado para prestação de serviços;

5.1.9 A empresa Contratada deverá disponibilizar outros profissionais capacitados, que atendam aos requisitos de qualificação exigidos, para eventuais substituições nos períodos de ausências, justificadas ou não;

5.1.10 A concessão de férias, licenças, folgas, descansos semanais, recesso de final de ano etc, atribuída aos profissionais alocados na execução, será de inteira responsabilidade da Contratada, devendo ser mantida sempre a cobertura dos postos;

5.1.11 A Contratada será responsável pelo adimplemento da remuneração, benefícios e demais obrigações trabalhistas dos prestadores de serviços alocados na execução.

5.1.12 A Contratada poderá adotar o sistema de registro de ponto que considerar mais adequado à gestão de sua equipe, desde que garantida a veracidade das marcações e o atendimento à legislação trabalhista.

5.1.13 Contudo, não será admitida a utilização de registro de ponto manual, em razão da ausência de mecanismos de controle, rastreabilidade e segurança das informações.

5.1.14 Caso a Contratada opte por utilizar sistema de registro de ponto que gere custos adicionais, esses valores deverão estar devidamente contemplados na Planilha de Formação de Preços apresentada na fase licitatória, vedada a inclusão de despesas não previstas após a contratação.

## 5.2 Fornecimento de uniformes

5.2.1 A Contratada deverá fornecer conjunto de uniformes condizentes com as atividades a serem desempenhadas na Telebras, realizar os ajustes que se fizerem necessários nas peças, sem qualquer repasse de custos para o prestador de serviço;

5.2.2 A Contratada deverá cuidar para que os profissionais durante a prestação dos serviços apresentem-se trajando uniformes sempre limpos e em aparente estado de boa conservação, fornecidos às suas expensas;

5.2.3 Os uniformes deverão, obrigatoriamente, ser usados pelos empregados da Contratada que forem desempenhar suas atividades na sede da Telebras, cabendo à Contratada a observância quanto ao cumprimento diário desta exigência;

5.2.4 Os uniformes deverão ser fornecidos aos prestadores de serviço que trabalharão na Telebras antes do início da execução contratual, para que já iniciem suas atividades devidamente uniformizados;

5.2.5 As peças dos uniformes deverão ser confeccionadas em tecido de boa qualidade, compatível com o clima de Brasília/DF, duráveis e que não desbotem facilmente;

5.2.6 Os uniformes deverão conter o emblema da Contratada, de forma visível, preferencialmente;

5.2.7 Os uniformes, com exceção do conjunto inicial, deverão ser entregues aos prestadores de serviço na presença do fiscal do contrato, mediante recibo, cuja cópia devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao responsável pela fiscalização do contrato;

5.2.8 Os uniformes a serem fornecidos estão especificados abaixo:

--	--	--



ITEM	ESPECIFICAÇÃO – COPEIRA /COPEIRO	QUANTIDADE SEMESTRAL
1	Avental preto	2
2	Touca para proteção do cabelo	3
3	Par de sapato ocupacional (de cozinha/limpeza/hospital) de borracha, antiderrapante, na cor preta	2
4	Blusa branca de mangas compridas e /ou curtas, abotoamento frontal	3
5	Cinto, em couro, na cor preta	2
6	Saia e/ou vestido e/ou calça comprida, na cor preta	3
7	Blazer ou paletó na cor preta	2
8	Par de meia e/ou meia-calça fina, de boa qualidade, na cor preta ou bege	4
ITEM	ESPECIFICAÇÃO – GARÇOM /GARÇONETE	QUANTIDADE SEMESTRAL
1	Camisa branca de mangas compridas e/ou curtas, abotoamento frontal, 100% (cem por cento) algodão, preferencialmente.	3
2	Gravatas ou laço para cabelo	2
3	Saia e/ou vestido e/ou calça comprida na cor preta	3
4	Blazer ou paletó na cor preta	2





5	Cinto, em couro, na cor preta	2
6	Par de sapato em couro, na cor preta	2
7	Par de meia e/ou meia-calça fina, de boa qualidade, na cor preta ou bege	4

5.2.9 No início da execução do contrato de trabalho, as empresas fornecerão aos seus empregados, sem qualquer ônus para o prestador de serviço, **02 (dois) conjuntos** de uniformes completos;

5.2.9.1 Entende-se por conjunto de uniformes todas as peças e quantidades especificadas no item 5.2.8;

5.2.10 A CONTRATADA deverá fornecer a cada 6 (seis) meses, conjunto de uniforme completo (NOVO) a todos os profissionais, conforme as quantidades e a descrição constante no item 5.2.8, independente do estado de conservação em que se encontrar o uniforme.

### 5.3 Qualificação mínima exigida para os profissionais alocados na execução dos serviços

5.3.1 Formação escolar: ensino fundamental completo;

5.3.2 Competência técnica: experiência mínima de 06 (seis) meses, na ocupação para a qual será contratado. A experiência deverá ser comprovada por registro na carteira de trabalho do prestador de serviço ou outro meio idôneo;

5.3.3 Competências comportamentais: discrição e sigilo; boa comunicação interpessoal; habilidade de relacionamento; trabalho em equipe; iniciativa/proatividade; dinamismo; auto-organização no trabalho; responsabilidade; adaptabilidade; atenção; cordialidade e simpatia no trato com o público; cooperação; disciplina; e apresentar-se devidamente uniformizado.

### 5.4 Dos materiais, equipamentos e utensílios de copa a serem disponibilizados

5.4.1 A empresa Contratada deverá fornecer todos os materiais, equipamentos e utensílios de copa necessários à perfeita execução dos serviços, conforme estimativa constante no Anexo 1;

5.4.2 Os insumos utilizados pela Contratada deverão obedecer às exigências ambientais, inclusive referentes à biodegradabilidade e atoxicidade, estabelecidas na legislação vigente;

5.4.3 Os materiais de consumo relacionados no Anexo 1 deverão ser fornecidos em quantidade suficiente para a execução dos serviços pela Contratada e entregues de uma só vez, em local a ser especificado pela Contratante, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês ou em data acordada com a fiscalização contratual;

5.4.4 A fiscalização do contrato poderá solicitar materiais, equipamentos e utensílios de copa sempre que se fizer necessário, devendo a Contratada providenciar a entrega no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da solicitação;

5.4.5 Não serão aceitos, em hipótese alguma, fardos, caixas, frascos violados ou com outros danos que prejudiquem o acondicionamento e a qualidade dos produtos;

5.4.6 Os itens descritos na relação de equipamentos e utensílios de copa, Anexo 1, deverão ser fornecidos pela Contratada, nas especificações e quantidades descritas no referido anexo, devendo ser substituídos sempre que necessário, mantido o quantitativo inicialmente fixado.



5.4.7 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar materiais de consumo e higienização, equipamentos e os utensílios necessários, de primeira qualidade, de boa durabilidade e nas quantidades estimadas, promovendo sua substituição sempre que necessário;

5.4.8 Os materiais deverão ser fornecidos e mantidos em suas embalagens originais, permitindo a verificação de suas características pela fiscalização;

5.4.9 Os materiais deverão ser estocados no local da execução dos serviços, em quantidade suficiente ao atendimento da demanda por um período mínimo de 30 (trinta) dias, devendo a colocação e a reposição dos materiais ocorrerem na frequência necessária para assegurar um estoque mínimo;

5.4.10 A Contratante viabilizará local adequado para a estocagem dos materiais fornecidos pela Contratada;

5.4.11 O estoque mínimo previsto poderá ser reduzido, a critério da Contratante, em caso de indisponibilidade de espaço para guarda dos materiais ou outra razão pertinente;

5.4.12 Somente haverá alteração da relação de materiais de consumo apresentada no Anexo 1, para fins de inclusão de material ou acréscimo de quantitativo a ser fornecido, quando ocorrer alteração das condições de prestação dos serviços que comprovadamente resulte em impacto no fornecimento dos insumos;

5.4.13 A Contratada apresentará à fiscalização, mensalmente, a relação dos materiais fornecidos no período, que acompanhará a nota fiscal para fins de atesto e pagamento;

5.4.14 A Contratada deverá fornecer no início da execução do contrato todos os materiais, equipamentos e utensílios de copa necessários à perfeita execução dos serviços objeto desta contratação;

5.4.15 Os equipamentos e utensílios a serem disponibilizados na execução do contrato deverão ser novos (1º uso) e obedecer a padrões de qualidade e eficiência;

5.4.16 Em caso de desgaste ou defeito de equipamento ou utensílio, a Contratada deverá efetuar sua substituição, de modo a manter à disposição da Contratante o quantitativo fixado para o perfeito andamento das atividades do Contrato, sem qualquer custo adicional para a Telebras;

5.4.17 Os custos totais estimados de equipamentos e utensílios de copa serão calculados a partir da relação elaborada pela Telebras, considerando os quantitativos estimados a serem fornecidos e seus custos unitários;

5.4.18 O quantitativo de equipamentos e utensílios de copa indicado será o necessário para o início da execução do serviço. As reposições e acréscimos necessários ao funcionamento das atividades da Telebras serão informados à Contratada para providenciar a reposição;

5.5.19 As reposições de que tratada o subitem anterior deverão ser realizadas, sempre que necessário, durante toda a duração do contrato;

5.4.20 O custo total dos equipamentos e utensílios de copa será dividido pela expectativa de duração do contrato (sessenta meses), obtendo-se o valor mensal a ser repassado à empresa pela sua disponibilização.

5.4.21 O valor total a ser repassado à empresa pela disponibilização dos equipamentos e utensílios será dividido pelo número de postos de Copeira/Copeiro (06 postos) vinculados ao contrato, resultando no valor mensal referente à disponibilidade dos itens descritos no quadro "c", do Anexo 1 deste Termo de Referência;

5.4.22 Quando não for possível o conserto dos equipamentos ou utensílios, os mesmos deverão ser substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação feita pela Telebras;

5.4.23 É necessário dotar os equipamentos elétricos de sistema de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica, sob pena de responsabilidade;



5.4.24 A Contratada deverá substituir, sem que lhe caiba o direito de reclamação ou indenização, os equipamentos que apresentarem rendimento insatisfatório e baixa qualidade nos serviços executados, em até 06 (seis) horas a contar da solicitação feita pela Telebras;

5.4.25 Quando do encerramento do contrato, a Contratada deverá recolher todos os equipamentos e utensílios e máquinas de sua propriedade que houver disponibilizado, cabendo à Telebras durante a execução realizar o pagamento a título de depreciação dos equipamentos alocados na prestação do serviço;

5.4.26 Os quantitativos mensais de material de consumo e higienização das copas não irão compor a planilha de composição de custos por empregado, contudo, os interessados deverão fazer suas propostas incluindo no valor o quantitativo estimado informado no Anexo 1. A Telebras efetuará o pagamento de acordo com a quantidade de material efetivamente alocado na execução do serviço.

## 5.5 Da especificação do café

5.5.1 O café a ser fornecido pela empresa contratada deverá ser classificado como de categoria superior, 100% arábica, em pó homogêneo, torrado e moído, empacotado a vácuo, em pacotes de 500 g (quinhentos gramas), constituídos de grão de café tipo 8 COB ou melhores, com no máximo 10% em peso de grãos com defeitos pretos, verdes e ou ardidos (PVA), evitando presença de grãos preto-verdes e fermentados, gosto predominante de café arábica, admitindo-se café robusta (conilon), com classificação de bebida de Dura à Rio, isento de gosto Rio Zona. Qualidade: a marca deve possuir Certificado no PQC - Programa de Qualidade do Café, da ABIC, em plena validade, ou Laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com nota de Qualidade Global mínima de 6,0 pontos na Escala Sensorial do Café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza;

## 5.6 Da especificação do chá:

5.6.1 100% natural; não conter glúten; acondicionado em caixas com 10, 15, 20 ou 25 sachês, de 1g a 2g cada sachê;

## 5.7 Da especificação do açúcar:

5.7.1 Açúcar refinado granulado, em sachês de 5g, com todas as informações permanentes ao produto, previsto na legislação vigente, constando data de fabricação e validade nos pacotes individuais;

## 5.8 Da especificação do adoçante:

5.8.1 Aspecto físico sachê; tipo dietético, feito de sucralose, stévia ou xilitol, sem aspartame ou ciclamato de sódio, embalado em sachês.

## 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (RELIC, ART. 24, INCISO V)

6.1 Os serviços de que tratam o objeto desta contratação serão prestados nas dependências da sede da Telebras, no horário de funcionamento da empresa (7h às 19h);

6.2 Os serviços serão prestados em dias úteis (segunda a sexta-feira), de forma continuada;

6.3 Em situações excepcionais, com o devido aviso prévio à Contratada, os serviços poderão ser executados em outros horários e locais indicados pela Contratante;

6.4 Os serviços serão disponibilizados pela Contratada após o recebimento da autorização de início emitida pela Contratante;

6.5 O serviço será executado inicialmente com a alocação de prestadores em 8 (oito) postos de trabalho, a saber: 04 (quatro) copeiros/copeiras e 04 (quatro) garçons/garçonetes.



6.6 No caso da Contratante constatar a necessidade de alocar mais prestadores de serviços na execução do contrato, emitirá Ordem de Serviço e enviará à Contratada por meio digital, solicitando o quantitativo de novos colaboradores necessários.

6.7 A Contratada deverá providenciar a alocação dos novos prestadores de serviço solicitados em até 30 dias, contados da data de emissão da Ordem de Serviço.

6.8 A presente contratação não obriga a Telebras a solicitar o quantitativo total de postos (doze) previstos, apenas os oito postos da execução inicial.

6.9 A Contratada deverá iniciar as atividades com todos os materiais, utensílios de copa e equipamentos necessários ao desempenho do serviço contratado, com todos os funcionários uniformizados;

6.10 O fiscal designado deverá fazer controle periódico dos materiais, equipamentos e utensílios de copa empregados na execução dos serviços;

6.11 Durante a execução dos serviços será adotado o Acordo de Níveis de Serviço, na forma do Anexo 2;

6.12 A Contratada deverá providenciar, antes do início da execução do contrato, abertura de conta-depósito vinculada, conforme preconizado no Anexo XII da IN SEGES/MPOG n. 05/2017.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (RELIC, ART. 24, INCISO VI)**

7.1 A execução do objeto da contratação será acompanhada e fiscalizada por fiscal especialmente designado pela Telebras, nos termos do disposto do artigo 132 do Regulamento de Licitações e Contratos da Telebras;

7.2 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas pela equipe de fiscalização ou único empregado, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;

7.3 A equipe de fiscalização do contrato (fiscal, fiscal suplente e gestor do contrato) realizará a reunião inicial de alinhamento do contrato com a Contratada em até 5 (cinco) dias úteis da assinatura do contrato.

7.4 Nesta reunião serão alinhadas as expectativas das partes envolvidas, explanadas as necessidades da Telebras, acordadas as datas e forma de envio da documentação mensal para pagamento, fornecidas as orientações iniciais para execução dos serviços e verificada a documentação trabalhista dos prestadores de serviço da Contratada.

7.5 O fiscal do contrato designado deverá manter em registro próprio todos os eventos relevantes da contratação e poderá conceder prazo para que a Contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

7.6 O descumprimento das obrigações contratuais poderá dar ensejo à abertura de processo sancionatório, sendo assegurado à Contratada o pleno exercício do contraditório e ampla defesa.

7.7 O fiscal do contrato avaliará a qualidade dos serviços prestados mensalmente, na forma do Anexo 2.

7.8 As decisões e ocorrências que perpassem a competência e poder de decisão do fiscal do contrato deverão ser levadas ao conhecimento do gestor contratual, papel exercido pelo Gerente de Logística da Telebras.

## **8. OBRIGAÇÕES DA TELEBRAS (RELIC, ART. 24, INCISO VI, ALÍNEA A)**

8.1 A Contratante deverá cumprir as obrigações listadas a seguir:

8.1.1 Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece o Termo de Referência, o Edital e seus Anexos.



8.1.2 Permitir acesso dos empregados da Contratada ao local de execução dos serviços;

8.1.3 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela Contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

8.1.4 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

8.1.4.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;

8.1.4.2 direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa Contratada;

8.1.4.3 promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado.

8.1.5 Impedir que terceiros estranhos ao contrato executem o serviço;

8.1.6 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

8.1.7 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.1.8 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MPOG nº 05/2017;

8.1.9 Coordenar e monitorar as ações pertinentes ao desenvolvimento das atividades executadas pela Contratada;

8.1.10 Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na prestação de serviços, para que seja substituído ou corrigido, fixando prazo para sua substituição ou correção;

8.1.11 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada por meio de um fiscal, especialmente designado, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, devendo rejeitar, no todo ou em parte, o serviço prestado em desacordo com o Contrato;

8.1.11.1 A fiscalização de que trata este item anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Telebras ou de seus empregados, conforme art. 76 da Lei nº 13.303/2016;

8.1.11.2 O representante da Telebras anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.1.12 Exigir o afastamento ou substituição nos prazos estipulados, de qualquer empregado da Contratada ou Preposto cuja atuação, permanência ou comportamento for julgado prejudicial e inconveniente à execução dos serviços ou às normas da Telebras;

8.1.13 Aplicar à Contratada as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa;

8.1.14 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.1.15 Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços, conforme previsto no art. 64 da IN SLTI/MPOG nº 05/2017;



8.1.16 Autorizar a devolução da garantia à Contratada, após o encerramento do contrato, nas condições estabelecidas na IN SLTI/MPOG nº 05/2017.

## 9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (RELIC, ART. 24, INCISO VI, ALÍNEA A)

9.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	Infração em descumprimento
9.1.1. Admitir, administrar, coordenar e avaliar, sob sua exclusiva responsabilidade, os profissionais necessários à prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência;	GRAVE
9.1.2. Designar formalmente um Preposto com poderes para operacionalizar o Contrato, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento e responsabilizar-se por todos os profissionais alocados aos serviços;	MÉDIA
9.1.3. Garantir a execução dos serviços, de acordo com as normas específicas vigentes, sem interrupção, substituindo, sem ônus para a Telebras, a ausência de qualquer prestador de serviço, independentemente do motivo;	GRAVE
9.1.4 Manter os prestadores de serviço nos horários predeterminados pela Telebras;	GRAVE
9.1.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;	GRAVÍSSIMA
9.1.6. Substituir, imediatamente, por empregado registrado, qualquer empregado, no caso de ausência, seja qual for o motivo (falta justificada ou não, férias, licença etc.), de maneira a manter sempre a cobertura dos postos de trabalho e não prejudicar o andamento e a continuidade dos serviços, comunicando antecipadamente à Contratante;	GRAVE
9.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;	GRAVE
9.1.8. Responsabilizar-se pelo transporte de seus empregados, por meios próprios ou mediante fornecimento de vale-transporte, para cobertura do trajeto entre a residência e o local de trabalho, e vice-versa, incluindo nos casos de paralisação de transportes coletivos superior a 02 (dois) dias, sem prejuízo da glosa correspondente aos dias de ausência;	GRAVE





9.1.9. Capacitar à equipe de profissionais alocada aos serviços previstos neste Termo de Referência, sempre que se fizer necessário, considerando a evolução ou mudança metodológica ou tecnológica, cabendo à Telebras esta definição;	<b>LEV</b>
9.1.10. Transmitir aos seus profissionais as informações atinentes às atividades oriundas da contratação, obtidas junto à Telebras;	<b>LEV</b>
9.1.11. Manter os profissionais alocados aos serviços devidamente identificados e uniformizados, fornecendo, o conjunto de uniformes completo ao iniciar o Contrato e a cada seis meses, substituindo-o ou a qualquer tempo a pedido da Telebras, vedado o desconto dos respectivos custos nos salários, no caso de omissão da obrigatoriedade de fornecimento de uniformes no Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho;	<b>MÉD</b>
9.1.12. Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos causarem à Telebras, ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus e responsabilidades decorrentes;	<b>GRAV</b>
9.1.13. Fornecer todos os materiais, equipamentos e utensílios de copa necessários à execução e controlar, em conjunto com a Telebras, os materiais e bens sob sua guarda, responsabilizando-se por danos e extravios a que deu causa, ficando obrigada ao ressarcimento respeitada a identidade dos objetos;	<b>MÉD</b>
9.1.14. Acatar as recomendações da fiscalização da Telebras, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitados;	<b>GRAV</b>
9.1.15. Comunicar à Telebras, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços e prestar os esclarecimentos necessários;	<b>LEV</b>
9.1.16. Assumir todos os encargos fiscais, comerciais, previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Telebras;	<b>GRAV</b>
9.1.17. Responsabilizar-se pelos encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução do contrato;	<b>GRAV</b>
9.1.18. Responsabilizar-se pelas providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho;	<b>GRAV</b>
9.1.19. Impedir que os seus empregados se pronunciem em nome da Telebras;	<b>GRAV</b>
9.1.20. Manter sob sigilo, não divulgando dados, informações, documentos e processos aos quais tiver acesso em decorrência da execução dos serviços;	<b>GRAV</b>





9.1.21. Cumprir os prazos estabelecidos para as atividades definidas neste Termo de Referência;	<b>GRAV</b>
9.1.22. Registrar e controlar, juntamente com o fiscal do contrato, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seus empregados, bem como as ocorrências;	<b>LEV</b>
9.1.23. Manter durante a vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a contratação, particularmente no que tange à regularidade fiscal e obrigações trabalhistas e previdenciárias;	<b>GRAV</b>
9.1.24. Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos não previstos neste Termo de Referência;	<b>LEV</b>
9.1.25. Pagar os salários e entregar o vale-transporte, vale-alimentação e vale-refeição nas datas legais e regulamentares. O atraso no pagamento de fatura por parte da Telebras, decorrente de circunstâncias diversas, não exime a Contratante de promover o pagamento dos salários e disponibilização dos benefícios aos prestadores de serviços nas datas regulamentares;	<b>GRAVÍSS</b>
9.1.26. Implantar, após a assinatura do Contrato, a mão-de-obra nos respectivos postos determinados pela Telebras, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o posto conforme o estabelecido neste Termo de Referência;	<b>GRAV</b>
9.1.27. Viabilizar o acesso de seus empregados via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita Federal do Brasil, com o objetivo de verificar se suas contribuições previdenciárias foram recolhidas;	<b>GRAV</b>
9.1.28. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados;	<b>GRAV</b>
9.1.29. Oferecer todos os meios necessários aos empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos sempre que solicitado pela fiscalização do Contrato;	<b>GRAV</b>
9.1.30. Encaminhar a Telebras, mensalmente, a folha de pagamento juntamente com os recibos de pagamento dos seus empregados alocados na sede da Telebras;	<b>GRAV</b>
9.1.31. Apresentar, mensalmente ou em outra periodicidade conforme o caso, em observância às disposições da IN SEGES/MPOG nº 05/2017, ANEXO VIII-B, as informações e/ou documentos listados abaixo:	<b>GRAV</b>
a. nota Fiscal/Fatura;	<b>GRAV</b>
b. comprovante de pagamento dos salários, referentes aos serviços prestados, juntamente com as cópias das folhas de pagamento ou contracheques e/ou outros documentos equivalentes, com as respectivas assinaturas dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, atestando o recebimento dos valores;	<b>GRAVÍSS</b>



c. comprovantes/guias de recolhimento da contribuição previdenciária (INSS) do empregador e dos empregados alocados na execução dos serviços contratados conforme dispõe o § 3º, do artigo 195, da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual, observada a obrigatoriedade de fornecer a relação nominal dos empregados a que se referem os recolhimentos;	<b>GRAV]</b>
d. comprovante da entrega dos vales alimentação, transporte e disponibilização de plano de ambulatorial, assistência odontológica e seguro de vida aos empregados alocados na execução dos serviços contratados, sem o que não serão liberados os pagamentos das referidas faturas;	<b>GRAV]</b>
e. comprovante do pagamento do 13º salário aos empregados alocados na execução dos serviços contratados;	<b>GRAV]</b>
f. comprovante da concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias aos empregados alocados na execução dos serviços contratados, na forma da Lei;	<b>GRAV]</b>
g. encaminhamento das informações trabalhistas por meio do eSocial dos empregados alocados na execução dos serviços contratados exigidos pela legislação, tais como a RAIS e a CAGED;	<b>GRAV]</b>
h. cumprimento das demais obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho; e	<b>GRAV]</b>
i. cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato.	<b>GRAV]</b>
9.1.32. Entregar a Nota Fiscal no protocolo geral da Telebras. Poderá ser enviada cópia da Nota Fiscal por e-mail para verificação pelo Fiscal do Contrato;	<b>LEVE</b>
9.1.33. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual até o 5º dia útil, mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.	<b>GRAVÍSS</b>
9.1.34. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;	<b>GRAVÍSS</b>
9.1.35. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;	<b>GRAV]</b>



9.1.36. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum fato imprevisível, ou previsível porém de consequências incalculáveis, conforme disposto no art. 81, inciso VI da lei 13.303 de 2016.	<b>GRAV]</b>
9.1.37. Sujeitar-se à retenção da garantia prestada e dos valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços, por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, podendo a Administração Contratante utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, conforme disposto nos art. 64 e 65 da IN/SLTI/MP nº 05/2017.	<b>GRAV]</b>
9.1.38. Autorizar a Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.	<b>GRAVÍSS</b>
9.1.39. Providenciar, antes do início da execução do contrato, abertura de conta-depósito vinculada, conforme preconizado no Anexo XII da IN SEGES/MPOG n. 05/2017.	<b>GRAV]</b>
9.1.40. Autorizar o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela contratante em conta-depósito vinculada específica, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MPOG nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.	<b>GRAVÍSS</b>
9.1.41. No caso de liberação de valores da conta-depósito vinculada para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato, a empresa deverá apresentar, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MPOG nº 5, de 2017, item 12.	<b>GRAVÍSS</b>
9.1.42. Executar os serviços de Copeiragem e Garçonaria no endereço constante deste Instrumento. Ocorrendo mudanças de locais durante a vigência do Contrato, ficará a empresa Contratada obrigada a executar os serviços nos novos endereços, desde que estes se localizem dentro da área de abrangência da entidade Contratante, sem quaisquer ônus adicionais.	<b>GRAVÍSS</b>



9.1.43. Manter responsável em Brasília-DF com poderes para resolver os problemas provenientes da execução do contrato ou filial/representação com atuação no segmento, no prazo máximo de sessenta dias da assinatura do contrato, no caso de empresa sediada em outra unidade da federação.	<b>GRAV]</b>
9.1.44. Manter a fiscalização contratual informada quanto às eventuais mudanças de preposto, endereço, telefone e e-mail.	<b>GRAV]</b>
9.1.45. Utilizar sistema de registro de ponto que considerar mais adequado à gestão de sua equipe, excluindo-se o registro de ponto manual.	<b>MÉDI]</b>
9.1.46. Atender aos prazos dispostos neste Termo de Referência para: provimento de postos de trabalho mediante Ordem de Serviço, entrega de materiais de consumo e de limpeza e reposição /conserto de equipamentos e utensílios.	<b>GRAV]</b>

## 10. GERENCIAMENTO DE RISCOS RELACIONADOS AO OBJETO (RELIC, ART. 24, INCISO VI, ALÍNEA B)

10.1 Os riscos inerentes a contratação constam no Anexo 3.

## 11. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS NA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO (RELIC, ART. 24, INCISO VI, ALÍNEA C)

11.1 A Telebras ajustará o valor a ser pago à Contratada de acordo com o cumprimento ou não do contrato dentro dos padrões estabelecidos. Desta forma, serão descontados valores das faturas percentuais, sempre que não for cumprido o especificado no Anexo 2;

11.2 A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

11.3 O processamento das glosas não impede a instauração concomitante de procedimento para aplicação de penalidade, quando cabível.

## 12. DAS SANÇÕES (RELIC, ART. 24, INCISO VI, ALÍNEA D)

12.1 De acordo com o artigo 83 da Lei nº 13.303/2016, no caso de inexecução total ou parcial das obrigações assumida, as seguintes sanções poderão ser aplicadas:

12.1.2 Advertência;

12.1.3 Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

12.1.4 Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Telebras, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

12.2 Neste sentido, durante a execução do contrato, o descumprimento das obrigações da Contratada poderá gerar as seguintes sanções:

12.2.1 Advertências serão aplicadas nas hipóteses de ocorrências de infrações leves ou médias.



12.2.2 Multas serão aplicadas nas hipóteses de infrações médias, infrações graves ou gravíssimas, podendo ser combinadas com as demais sanções cabíveis.

12.2.3 A suspensão temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com a Telebras, por prazo não superior a 02 (dois) anos será aplicada no caso de reincidência de infração grave ou na ocorrência de infração gravíssima.

12.3 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e razoabilidade.

12.4 A reincidência de ocorrência de uma mesma infração diversas vezes poderá elevar seu grau de severidade.

12.5 Ressalta-se que as glosas previstas no item 11 deste Termo de Referência não constituirão sanção administrativa em si, não havendo obrigatoriedade de registro no SICAF. No entanto, reiteradas avaliações ruins dos serviços prestados poderão ser caracterizados como descumprimento de obrigação da Contratada, resultando em advertência, multa ou demais sanções.

12.6 Nos casos de descumprimento de obrigações que não possuam o valor da parcela inadimplida bem definido, poderá ser aplicada multa compensatória no valor de 0,25% a 2% do valor total do contrato, a depender da gravidade da infração cometida ou do prejuízo causado à Telebras.

12.7 No caso de inexecução total ou parcial das obrigações assumida, as seguintes sanções poderão ser aplicadas:

12.7.1 Advertência;

12.7.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida;

12.7.3 Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Telebras, por prazo não superior a 2 (dois) anos

12.7.4 Também poderá ser aplicada a suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Telebras, por prazo não superior a 2 (dois) anos, a Contratada que:

12.7.4.1 apresentar documentação falsa;

12.7.4.2 comportar-se de modo inidôneo;

12.7.4.3 fizer declaração falsa;

12.7.4.4 cometer fraude fiscal;

12.7.4.5 falhar ou fraudar na execução do objeto;

12.7.4.6 ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.7.4.7 praticar ato tipificado como crime, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

12.8 Será aplicável, cumulativamente ou não com as sanções de advertência, suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Telebras, a aplicação de multa de 10% (dez por cento) por inexecução das obrigações assumidas, sobre o valor da parcela inadimplida.

12.9 No caso de não-recolhimento do valor da multa dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da imputação, a Telebras poderá, nesta ordem:

12.9.1 descontar o valor da multa da garantia do respectivo contrato;



12.9.2 descontar o valor da multa dos pagamentos eventualmente devidos pela Telebras, na hipótese garantia possuir valor inferior à multa;

12.9.3 não sendo viável a aplicação das regras das alíneas anteriores, será cobrada judicialmente.

12.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto Regulamento de Licitações e Contratos da Telebras e, subsidiariamente, a Lei nº 9.784, de 1999. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12.11 As sanções tratadas neste tópico não impedem a aplicação de sanções de natureza penal, as quais observarão, no que couber, as normas contidas nos Art. 337-E e Art.337-P do Código Penal.

### **13. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (RELIC, ART. 24, INCISO VII)**

13.1 Tendo em vista a natureza comum dos serviços a serem contratados e o seus valores, o presente certame será realizado na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Telebras – RELIC. Aplicam-se subsidiariamente, e apenas no que não conflitam com a Lei nº 13.303/2016, a IN SEGES/ME nº 73/2022, o Decreto nº 3.555/2000 e demais normas pertinentes, incluindo a Lei nº 14.133/2021.

### **14. HABILITAÇÃO TÉCNICA (RELIC, ART. 24, INCISO VIII, ALÍNEA A)**

14.1 Para comprovação da qualificação técnica, referente ao objeto deste Termo de Referência as Licitantes deverão apresentar:

14.1.1 Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa física ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde comprove(m), haver prestado ou estar prestando serviço com características semelhantes ou superiores, em quantidade e prazo, ao objeto deste Termo de Referência, que deverão atestar a inexistência de qualquer fato desabonador em relação ao licitante, ficando reservado à Telebras o direito de solicitar cópias dos contratos a que se referem tais documentos.

14.1.1.1 Considerar-se-á serviço compatível com o objeto deste Termo de Referência, atestados que comprovem a prestação de serviço de copeiragem e/ou garçonaria, com disponibilização de pessoal, materiais e equipamentos, que totalize pelo **menos 6 (seis) postos de trabalho** na função de Copeiro/a (CBO: 5134-25) e /ou Garçon/Garçonete (CBO: 5134-05).

14.1.1.2 Considerar-se-á serviço compatível no quesito prazo com o objeto deste Termo de Referência, experiência mínima de **2 (dois) anos na execução do objeto semelhante ao da contratação**, sendo aceitos atestados de períodos sucessivos, não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os dois anos serem ininterruptos, conforme item 10.6.1 do anexo VII-A da IN SEGES/MPDG 05/2017.

14.1.1.3 Os valores listados no item 14.1.1.1 e 14.1.1.2 poderão ser comprovados mediante a apresentação de um único documento ou de múltiplos atestados distintos somados.

14.1.1.4 Somente será aceito atestado expedido após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 01 (um) ano do início de sua execução.

14.1.1.5 Os atestados ou declarações de capacidade técnica deverão se referir a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária especificadas no contrato social registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.

14.1.1.6 Caso a área técnica entenda necessário, a licitante deverá disponibilizar todas as informações essenciais à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do





contrato que deu suporte à contratação, notas fiscais/faturas, notas de empenho, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência.

14.1.1.7 Caso a licitante seja declarada vencedora da licitação deverá apresentar declaração de que possui ou possuirá uma pessoa responsável em Brasília-DF com poderes para resolver os problemas provenientes da execução do contrato, ou poderá apresentar declaração de que instalará, sede, filial ou representação, dotada de infraestrutura administrativa e técnica, adequadas, com recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados, a ser comprovada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da assinatura do contrato.

## **15. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS (RELIC, ART. 24, INCISO VIII, ALÍNEA D)**

15.1 A presente **licitação será do tipo menor preço**, atendidas as especificações, constantes neste Termo de Referência.

15.2 Os interessados deverão apresentar sua proposta de preços de acordo com o **MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**, Anexo 4 deste Termo de Referência.

15.2.1 Caso a licitante opte por não cotar os benefícios Plano Ambulatorial, Assistência Odontológica e Assistência Funeral e lograr vencedora do certame, posteriormente não poderá solicitar a inclusão dos benefícios em eventual repactuação contratual. A Contratada deverá arcar com este custo durante toda a execução do contrato e comprovar a disponibilização dos respectivos benefícios aos prestadores de serviços.

## **16. DA VISTORIA**

16.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, os licitantes poderão realizar a vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhados por empregado designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30, devendo ser agendado previamente pelo telefone (61) 2027-1308 podendo sua realização ser comprovada por:

16.1.1 Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n.º 5/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras.

16.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

16.3 Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

16.4 A Contratante não pretende com a vistoria restringir a participação das empresas, mas tão somente tornar claras as condições de participação e as dificuldades que eventualmente poderão ser enfrentadas, com o fito de evitar uma contratação demasiadamente onerosa para a Contratada, em vista do desconhecimento das condições da prestação dos serviços;

16.5 O modelo de declaração de vistoria consta no Anexo 5.

## **17. DA ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO (RELIC, ART. 24, INCISO IX E ART. 85, INCISO II)**

17.1 Tendo em vista que este Termo de Referência utilizará o **MENOR PREÇO** como critério de julgamento, a estimativa de preços será sigilosa.





17.2 Vale destacar que o preço de referência foi baseado em pesquisa de mercado utilizando empresas de mercado e preços públicos por meio das ferramentas banco de preços (<https://www.bancodeprecos.com.br/>) e painel de preços do Governo Federal (<https://paineldeprecos.planejamento.gov.br/>).

17.3 Ressalta-se que o preço de referência é decorrente de pesquisa realizada pela gerência demandante da solução, assim como, por pesquisa realizada pela Gerência de Compras e Contratos.

## **18. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO (RELIC, ART. 29, INCISO I)**

18.1 O contrato decorrente do processo licitatório terá vigência de 60 (sessenta) meses, conforme previsto no Regulamento de Licitações e Contratos da Telebras e na Lei nº 13.303/2016.

## **19. DO PAGAMENTO**

19.1 O pagamento será efetuado à Contratada, num prazo não superior a 15 (quinze) dias úteis, contados após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura correspondente a cada mês de prestação de serviço prestado, devidamente atestada pelo fiscal do Contrato, mediante depósito bancário em conta corrente, na agência do Banco indicado pela empresa;

19.2 A Nota Fiscal/Fatura emitida, após a conclusão do serviço mensal, deverá estar acompanhada dos seguintes documentos comprobatórios do mês referente:

19.3 Comprovantes de pagamento dos salários, benefícios (auxílio transporte, alimentação, Plano Ambulatorial, Assistência Odontológica, Assistência Funeral), bem como registro de frequência dos funcionários, referentes ao mês indicado na nota fiscal, juntamente com as cópias das folhas de pagamento ou contracheques e/ou outros documentos equivalentes referentes ao mesmo mês do registro de frequência apresentado, com as respectivas assinaturas dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, atestando o recebimento dos valores;

19.4 Comprovantes/guias de recolhimento da contribuição previdenciária (INSS) do empregador e dos empregados alocados na execução dos serviços contratados conforme dispõe o § 3º, do artigo 195, da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual, observada a obrigatoriedade de fornecer a relação nominal dos empregados a que se referem os recolhimentos;

19.5 Comprovante da entrega dos vales alimentação e transporte (pagos com a devida antecedência) aos empregados alocados na execução dos serviços contratados, sem os quais não serão liberados os pagamentos das referidas faturas;

19.6 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão estes restituídos ao Licitante Vencedor para as correções necessárias, não respondendo a Telebras por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes;

19.7 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta.

19.8 A Nota Fiscal contemplará exclusivamente todos os serviços devidamente concluídos pela Contratada.

19.9 A critério da CONTRATANTE, poderão ser utilizados os créditos existentes em favor da Contratada para compensar quaisquer possíveis despesas resultantes de multas, indenizações, inadimplências contratuais e/ou outras de responsabilidade desta última.

19.10 Será destacado do valor mensal a ser pago e depositado pela Telebras em Conta-Depósito, em consonância com o item 2 do Anexo XII da IN nº 5, de 2017, o somatório dos valores das seguintes provisões:

- a) 13º (décimo terceiro) salário;
- b) férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias;
- c) multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
- d) encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.



## 20. DO FATURAMENTO

20.1 O faturamento deverá ser realizado na Sede da Telebras, conforme dados informados abaixo, devendo o documento de pagamento ser entregue no protocolo da Telebras, dentro do período de recebimento de documentos de cada mês (o calendário fiscal será informado quando da assinatura do contrato), acompanhado dos comprovantes de pagamento de salários, obrigações trabalhistas, sociais e demais encargos devidos aos prestadores de serviços.

20.2 Endereço para faturamento e entrega do documento de pagamento:

20.2.1 Nova sede Brasília: Setor de Indústrias Gráficas, Quadra 04, Lotes 075, 083, 125 e 175, Bloco C – terceiro andar e cobertura - Edifício Capital Financial Center. CNPJ Telebras: 00.336.701/0001-04.

## 21. DA CONTA DEPÓSITO VINCULADA

21.1 Para a garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas, com base na súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho, a Contratante deverá depositar, mensalmente, em conta-depósito vinculada específica, os valores provisionados para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da Contratada envolvidos na execução do Contrato, em consonância com os dispostos na IN/SEGES/MP nº 05 /2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores.

21.2 O montante dos depósitos da conta vinculada deverá ser depositado conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MPOG n. 05/2017 e será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações.

21.2.1 13º (décimo terceiro) salário;

21.2.2 Férias e um terço constitucional de férias;

21.2.3 Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa;

21.2.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

21.3 Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no item 14 do Anexo XII da IN SEGES/MPOG n. 05/2017.

21.4 O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o a Telebras e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

21.5 Os valores referentes às provisões mencionadas neste Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

21.6 Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

21.7 A Contratada poderá solicitar a autorização da Contratante para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato a ser celebrado.

21.8 Para a liberação dos recursos da conta vinculada, para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do Contrato, a Contratada deverá apresentar à Contratante os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.



21.9 A Contratante expedirá, após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, a autorização para a movimentação, encaminhando a referida autorização à instituição financeira oficial no prazo máximo de cinco dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios da Contratada.

21.10 A Contratada deverá apresentar à Contratante, no prazo máximo de três dias, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

21.11 O saldo remanescente da conta vinculada será liberado à Contratada, no momento do encerramento do Contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando for o caso, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

## **22. REAJUSTE, REPACTUAÇÕES E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

22.1 Os preços contratados poderão ser repactuados e/ou reajustados, conforme o caso, mediante negociação entre as partes, observada o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data do orçamento a que a proposta se referir.

22.2 A parcela da mão de obra será repactuada, observando-se o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta.

22.3 Para os fins de repactuação, considera-se como data do orçamento a que a proposta se referir, a data do início da vigência do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta.

22.4 Caberá à Contratada, dentre outros documentos necessários à repactuação, apresentar junto à solicitação, a devida justificativa e demonstração analítica da variação dos componentes de custo do Contrato, de acordo com planilha de custos e formação de preços, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, com a comprovação de registro na Delegacia Regional do Trabalho, entre outros, visando à análise e aprovação pela Telebras.

22.5 Não é admitida a inclusão, por ocasião da repactuação, de qualquer item de custo não previsto nos componentes apresentados originariamente, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

22.6 A parcela referente aos insumos e materiais poderá ser reajustada a pedido de ambas as partes, decorridos 12 (doze) meses a contar da data de assinatura deste Contrato, com base no índice IGPM/FGV acumulado nos últimos doze meses.

22.7 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajuste, a Telebras aplicará o índice vigente, liquidando a diferença correspondente quando da divulgação do índice definitivo.

22.8 Caso o índice estabelecido para aplicação do reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, o índice que vier a ser determinado.

22.9 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial. As hipóteses excepcionais de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

22.10 O quantitativo do objeto deste contrato poderá ser acrescido ou suprimido em até 25%, desde que em comum acordo entre as partes, conforme art. 81, §1º e §2º da lei 13.303 de 2016.

## **23. DA GARANTIA DO CONTRATO**



23.1 Para segurança do integral cumprimento do contrato, inclusive multa eventualmente aplicada, será exigida da Contratada garantia, a qual será escolhida a seu critério, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da convocação da Telebras.

23.2 A Contratada poderá escolher qualquer uma das modalidades previstas no § primeiro do Artigo 70 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e art. 117 do Regulamento de Licitações e Contratos da Telebras, conforme descrito a seguir:

23.2.1 Caução em dinheiro;

23.2.2 Seguro-garantia;

23.2.3 Fiança bancária.

23.3 A garantia será de 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato.

23.4 A garantia ficará sob a responsabilidade da Gerência de Compras e Contratos da Telebras. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a Contratada deverá proceder à respectiva reposição, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada pela Telebras, mediante correspondência entregue com recibo.

23.5 A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída atualizada monetariamente, na hipótese de ter sido apresentada sob a forma caução em dinheiro e, em todos os casos, em até 03 (três) meses após a execução do contrato, conforme previsto no § 8º do Regulamento de Licitações e Contratos da Telebras, amparado no §4º do art. 70 da Lei nº 13.303 de 2016.

## **24. DA RESCISÃO CONTRATUAL**

24.1 O contrato a ser celebrado poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de judicialização do ato, no caso de inadimplemento de qualquer de suas cláusulas ou condições, sujeitando a Contratada às penalidades previstas neste instrumento, e em especial por:

24.1.1 Reiterado descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas pactuadas, especificações ou prazos;

24.1.2 Paralisação dos serviços sem justa causa;

24.1.3 Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato, registradas em advertência;

24.1.4 Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento;

24.1.5 Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste contrato;

24.2 Em qualquer das hipóteses acima referidas, o contratado deverá reparar, integralmente, os prejuízos causados à Telebras, independente da aplicação das penalidades previstas neste instrumento, que poderão ser aplicadas no todo ou em parte, a critério exclusivo da Telebras.

24.3 Após 12 (doze) meses subsequentes à celebração do contrato objeto deste Termo de Referência, as partes poderão solicitar a rescisão do instrumento, por meio de aviso formal a ser entregue com no mínimo 120 (cento e vinte) dias de antecedência.

## **25. DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL**

25.1 É de total responsabilidade da Contratada o cumprimento das normas ambientais vigentes para a execução dos serviços, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos.



25.2 A Contratada deverá tomar todos os cuidados necessários para que da consecução dos serviços não decorra qualquer degradação ao meio ambiente.

25.3 Orientar seus empregados a fazer uso racional de água e energia elétrica, adotando medidas para evitar o desperdício de água tratada e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo.

25.4 A Contratada deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto desta licitação.

25.5 A Contratada deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seu Artigo 6º, no que couber.

## **26. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

26.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Telebras à continuidade do contrato.

## **27. DO CONSÓRCIO E DA SUBCONTRATAÇÃO**

27.1 Não serão admitidas a participação de consórcio e a subcontratação do objeto deste Termo de Referência, haja vista tratarem-se de serviços de baixa complexidade, com dedicação exclusiva e forte componente de gestão de pessoal no interior da sede da Telebras. A subcontratação poderia fragmentar a responsabilidade, dificultar o controle da execução e aumentar o risco trabalhista.

## **28. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

28.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta dos recursos consignados no Orçamento Anual, a cargo da Telebras, cujo elemento de despesas específica constará no respectivo instrumento contratual.

## **29. DO FORO**

29.1 O foro competente para dirimir questões relativas ao Contrato é o de Brasília/DF, com exclusão de qualquer outro.

Brasília, 06 de abril de 2026.

**MARINA CORBUCCI CAMPOS**  
Especialista Gestao de Telecomunicacoes  
Gerência de Logística

**IGOR FELIPE DE OLIVEIRA ARAÚJO**  
Gerente  
Gerência de Logística

